

Metrobus Transporte Coletivo S.A

Resumo das Demonstrações Contábeis
E com justificativas das variações relevantes no PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RMTC e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – SET, instrumento de Acordo Operacional “Subsistema Anhanguera”, para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é o mesmo do período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional é na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços, ou seja: 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspendeu o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e instituiu um novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais: 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a fazer parte integrante do Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redemob para de forma conjunta e compartilhada: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional; ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitano e iii) prestar serviços de administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,3 % (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio das despesas de “custeio do consórcio” foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consórcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária da RMTC, vinculada à RedeMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD) N°006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre o valor atribuído a Metrobus do SMA.

No decorrer do exercício de 2024, com a assinatura entre a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), o SET (Sindicato das Empresas), a Redemob Consórcio e as concessionárias, do 2º Termo Aditivo ao acordo do SMA, que institui também o SMB (Sistema BRT – Operação conjunta entre as concessionárias), a estatal Metrobus, na partição de receitas, passou a receber o percentual de 31,9711% e não mais os 50 % das linhas interáreas.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

Em 2025, a Metrobus celebrou termo aditivo com o Consórcio BRT para a cessão de uso não onerosa de ônibus elétricos. O Consórcio, constituído pela Metrobus e demais concessionárias de transporte coletivo, foi instituído no âmbito da Nova RMTC, em conformidade com a Lei Complementar nº 169/2021 e a Deliberação CDTC nº 01/2022.

O Consórcio BRT é responsável pela manutenção dos veículos, abrangendo serviços preditivos, preventivos e corretivos, bem como pelo fornecimento de energia elétrica aos ônibus cedidos, cuja restituição integral seria objeto de posterior ressarcimento pela Metrobus.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Com a pandemia que veio a afetar as atividades das empresas, com a conseqüente diminuição de receitas, também o transporte coletivo de passageiros foi severamente afetado na sua receita. Para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano Emergencial para cobrir o déficit das concessionárias e com a aprovação do Governo Estadual todas as empresas foram beneficiadas com o referido Plano Emergencial, inclusive a Metrobus.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil e na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeirada Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas de correntes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente à média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado como uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" paga mensalmente à CMTc, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2% (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Caixa e bancos	7.613	8.847
	<u>7.613</u>	<u>8.847</u>

Justificativa, Caixa e Equivalente de Caixa

A Metrobus passou a integrar a conta CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual), a partir de maio de 2023, o saldo existente em T-1 2026 refere-se a saldo disponível (DDR – Disponibilidade Detalhada de Recurso) para pagamento de obrigações da Companhia.

4 - Contas a receber

	<u>2026</u>	<u>2025</u>	
Contas a receber	17.830	12.745	
	<u>17.830</u>	<u>12.745</u>	+

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

Contas a receber da CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual) incluem valores em trânsito, ou seja, os DAREs (Documentos de Arrecadação) emitidos e quitados, mas ainda não transferidos pelo Tesouro Estadual para a conta CUTE, e a tarifa técnica complementar dos entes (Estado de Goiás, Prefeituras de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira), que somam o montante acumulado em T-1 de 2026, de R\$ 7.418 mil.

5 - Estoques

	2026	2025
Bensde Consumo – Operadora	4.093	5.751
Bensde Consumo Administração	301	377
	4.394	6.108

Justificativa:

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, reposição de estoque para manutenções preventivas e corretivas.

6- Adiantamentos

	2026	2025
Adiantamentos	145	280
	145	280

São valores adiantados a fornecedores, pagamento antecipado de seguro e férias dos funcionários da empresa Metrobus, bem como as férias dos funcionários à disposição (Cedidos), regidos pelas normas da CLT.

7 – Impostos e contribuições a recuperar

	2026	2025
Impostos a recuperar	431	324
	431	324

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

Justificativa:

Registro dos valores de impostos retidos e pagos a maior, da retenção do **PLE** (Passe Livre Estudantil) pós-pago e da retenção de vale-transporte por órgãos públicos.

8 – Depósitos judiciais

	2026	2025
Depósitos Judiciais	1.699	2.984
	1.699	2.984

Justificativa:

O saldo deste grupo refere-se a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia. A redução observada no 1º trimestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, decorre da baixa de depósitos judiciais relacionada ao acordo firmado com a empresa Escudo Segurança e Vigilância Ltda., bem como da perda de crédito tributário de ISSQN junto à Prefeitura de Goiânia.

9 - Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspetos trazidos pelo CPC01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas.

	2026	2025
Imobilizado/Investimentos	13.660	14.736

Justificativa:

A movimentação do imobilizado em março de 2026 houve uma redução, fato ocorrido pela depreciação do período e baixa por alienação (Sucata) de ônibus no período, já os investimentos não sofreram alterações.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

10 -Fornecedores

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Fornecedores no país	<u>1.132</u>	<u>1.667</u>

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em T-1 de 2026, e concluiu que os valores a pagar estão de acordo com o saldo base 31 de março/2026 por considerar que os valores registrados refletem adequadamente a posição patrimonial na data-base. Em comparação ao 1º trimestre de 2025, o saldo apresentou redução de 32%.

11 Salários e Encargos Sociais

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Salário e encargos sociais	8.435	7.046
	<u>8.435</u>	<u>7.046</u>

Justificativa:

Verificou-se acréscimo neste grupo na comparação entre o 1º trimestre de 2026 e o mesmo período de 2025, em decorrência do reajuste salarial concedido à categoria por meio da Convenção Coletiva de Trabalho, refletindo no aumento das provisões de férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos sociais.

12 Impostos e Contribuições a recolher

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Impostos e contribuição a recolher	210	62
	<u>210</u>	<u>62</u>

Justificativa:

O aumento deste grupo decorre, principalmente, das retenções de vale-transporte incidentes sobre as vendas para órgãos públicos, das retenções relativas ao **PLE** (Passe Livre Estudantil), e do acréscimo das retenções de INSS sobre diversos contratos.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

13 – Contas a pagar

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Contas a pagar	7.147	5.861
	<u>7.147</u>	<u>5.861</u>

Justificativa:

Verificou-se aumento significativo neste grupo em decorrência da celebração de acordo entre a Companhia Metrobus e a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), referente a valores remanescentes do PPC, cujo pagamento ocorrerá de forma parcelada, com parte do montante previsto para quitação até o início do exercício de 2027.

**14 – Não
Circulante
Contingências**

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Contingências Cíveis e Trabalhistas	16.106	15.604
	<u>16.106</u>	<u>15.604</u>

Justificativa:

No período, este grupo apresentou pequenas variações decorrentes da atualização das contingências, da celebração de acordos e do ingresso de novas ações judiciais.

15 – Impostos

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Impostos e Contribuições a recolher	6.851	6.591
	<u>6.851</u>	<u>6.591</u>

Justificativa:

O grupo **Impostos e Contribuições a Recolher** não apresentou variações relevantes em relação ao mesmo período do exercício anterior.

16 – Contas a pagar

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Contas a pagar		2.087
		<u>2.087</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

Justificativa:

Registrou-se variação neste grupo em decorrência da celebração de acordo com a empresa Escudo Segurança e Vigilância Ltda. O valor anteriormente provisionado para a contingência mostrou-se insuficiente para cobrir a obrigação assumida, sendo necessária a constituição de provisão complementar. A obrigação foi integralmente liquidada no exercício de 2025.

17 – Patrimônio Líquido

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Capital Social	221.702	221.702
	<u>221.702</u>	<u>221.702</u>

Composição das contas de resultado

18 - Receita líquida de vendas de serviços	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Transporte urbano Operação (18a)	13.800	11.823
Permissionário	-	203
Receita de Subvenção Econômica (18b)	11.459	12.658
Outras Receitas	58	-
Desvinculação de Receitas DRE	-19	-
Deduções de Vendas de Serviços	-274	-199
Receita líquida de venda de serviços	<u>25.025</u>	<u>24.485</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

18-a) Transporte Urbano Operação

O aumento da receita na rubrica **Transporte Urbano em Operação** decorre do incremento médio de 17% na demanda de usuários transportados no 1º trimestre de 2026, em comparação com o mesmo período de 2025. Ressalta-se que não houve reajuste da tarifa, permanecendo seu valor inalterado desde 2019.

18-b) Receita de Subvenção

No 1º trimestre de 2026, a Companhia recebeu recursos de subvenção econômica provenientes do Tesouro Estadual, no montante líquido de R\$ 11,459 milhões, destinados à complementação do custeio de suas operações.

A Lei nº 20.733 autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia para cobertura do déficit de manutenção, bem como das despesas com pessoal e custeio, permitindo que a empresa pudesse continuar operando no sistema do Eixo Anhanguera.

18-c) Outras Receitas

Foram vendas de sucatas e ganho na venda de ativo imobilizado.

18-d) Desvinculação de Receitas DRE

Todas as receitas, após a Companhia ingressar na Conta Única do Tesouro Estadual, sofre uma retenção de 30% sobre as receitas.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

19 – Receita e despesas operacionais

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Despesas administrativa e tributárias (19-a)	(5.402)	(5.108)
Causas Cíveis, Trabalhistas e indenizações (19-b)	(182)	(914)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (19-c)	178	518
	<u>(5.406)</u>	<u>(5.504)</u>

Justificativa:

(19-a) Houve um pequeno aumento das despesas neste grupo, geralmente serviços terceirizados, que ocorreram reequilíbrio, devido a convenção coletiva.

(19-b) Houve uma queda significativa neste grupo, devido ao lançamento, de ajustes nas causas cíveis e tributárias, uma variação de R\$ 732 Mil.

(19-c) Neste grupo tivemos uma queda de R\$ 340 Mil, ocasionado por pequenos ajustes nas receitas e despesas operacionais.

20 – Receitas/despesas não operacionais

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Despesas Pessoal a disposição (20-a)	(7.178)	(6.535)
Alienação de bens (prejuízo na venda (20-b)	(408)	(201)
Receita de Subvenção (pessoal a disposição (20-c)	6.898	5.037
	<u>(688)</u>	<u>(1.699)</u>

Justificativa:

20-a) Refere-se aos custos com colaboradores cedidos a outros órgãos da Administração Pública Estadual, cujas despesas com folha de pagamento permanecem sob responsabilidade da Companhia.

(20-b) Refere-se às perdas apuradas na alienação de ativos imobilizados.

(20-c) Refere-se aos recursos provenientes de subvenção econômica destinados ao custeio da folha de pagamento dos colaboradores cedidos a outros órgãos da Administração Pública Estadual.

Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

A partir de 2021, a Metrobus passou a ser caracterizada como empresa estatal dependente, em razão do recebimento de recursos financeiros do ente controlador para custeio de despesas com pessoal e demais despesas operacionais, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de Março de 2026 – 31 de Março de 2025

Em decorrência dessa condição, o Estado de Goiás passou a incluir a Companhia em suas projeções orçamentárias, promovendo sua integração ao orçamento público estadual, nos termos da Lei nº 20.968/2021 e do Decreto nº 9.836/2021, com inclusão no orçamento fiscal.

Nesse contexto, a Companhia implementou adequações em seus sistemas administrativo, financeiro e contábil, visando atender às exigências do setor público.

Adicionalmente, a partir de 02 de maio de 2023, a Companhia passou a integrar a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), nos termos da Lei Complementar nº 121/2015, com a centralização de seus recursos financeiros no Tesouro Estadual.

Miguel Elias Hanna
Diretor Financeiro

Valdivino Correia da Silva
Contador